

PROCESSOS CONSTITUTIVOS DE GÊNERO NA ESCOLA: A MENINA E O ESPELHO

Isabella Júlia Santana da Silva;
Universidade federal de Pernambuco
E-mail: isabella.juliappf5@hotmail.com

Rafaela Soares Celestino;
Universidade federal de Pernambuco
E-mail: rafaela.celestino.soares@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa analisou narrativas de meninas do 5º ano do Ensino Fundamental I de uma escola Municipal do Recife. Nessa fase da vida, é muito comum que as meninas, na construção de sua identidade de gênero, sejam induzidas a reproduzir de maneira acentuada comportamentos e falas socialmente atribuídas a elas. Buscamos identificar quais concepções de gênero emergiram, em maior número, nos discursos delas. Além disso, com a retirada do tema dos currículos oficiais de ensino, indagamos até que ponto o pedagógico pode ainda problematizar as imagens depreciativas em torno do que é ser mulher. Aqui, nos embasamos concepção de gênero enquanto resultado das relações sociais e não de premissas biológicas. É possível observamos variadas falas que reproduziram um determinado lugar social para a mulher, desde do jeito de falar, se vestir e andar. Repensar, defendemos que o processo pedagógico, enquanto resistência à um modelo segregador, deve refletir e investigar possibilidades formativas que desconstruam estereótipos sociais no que diz respeito ao que é ser mulher.

Palavras-chave: Gênero, Educação, Escola, Currículo.

“Desajusta o relógio, regula teu ódio e controla a tua dor. Descontamina a insanidade de infância controlada. Desforma, deforma, dá forma a uma nova visão de mundo. Nada podes fazer de si mesmo que não seja paixão, esquece o olhar de aferir e projetar. Há muita pólvora no chão de brincar, muita verdade de lágrimas. Sabedoria é coisa condenada pela ignorância do laboratório. Tratado científico de outrora sofre de surdez de sorriso infante. Descompassa a régua, subtrai as verdades, multiplica as experiências, divide os sonhos e desOUTROMina teu olhar.” (CELESTINO, 2016)

O tema mulher na sociedade foi sempre tratado como uma temática complexa, tendo em vista que durante séculos ela foi silenciada em diversos espaços da sociedade. A partir da década de 60,

especificamente através de grupos feministas, têm se tornando recorrentes, movimentos que visam emancipar o papel da mulher na sociedade, desde suas brincadeiras e cada passo da infância até concepções sobre o seu lugar na sociedade, suas funções no cotidiano do âmbito privado e as profissões que ocupa.

A construção em torno da subjetividade da mulher é um discurso construído socialmente. A ela sempre foi atribuído o que deve ou não fazer, ou seja, quais comportamentos são aceitáveis e devem ser adotados no convívio social. Historicamente encontramos na literatura explicações de ordens diversas para atribuir à mulher um papel secundário, um segundo sexo (BEAUVOIR, 2009, p.16).

Alguns pensamentos cristãos ainda defendem que a mulher foi criada da costela do homem: discurso religioso que implicou na subalternidade da posição ocupada pelas mulheres na sociedade. No campo da ciência, a exemplo da biologia, ainda persistem afirmativas que delegam ao corpo da mulher uma suposta fragilidade física para justificar a sua não participação em diversos espaços sociais. Com isso, queremos dizer que os dispositivos históricos e sociais, foram decisivos para que não tivéssemos a história da mulher registrada, negando o seu protagonismo nas lutas sociais. Não raro, pode-se identificar em livros de história, na literatura, na política e nas artes, quando não a ausência, o caráter secundário da presença feminina.

Foi a partir das lutas em torno das políticas de identidade, na década de 1960, que a mulher ousou sair dos padrões ditados para ela. Essas políticas, pensadas por grupos sociais tidos como minorias como mulheres, negros e LGBTQ (lésbicas, gays, bixesuais, transsexuais e queer), apesar de serem a maior parte numérica da população, são a parcela da sociedade que menos exercem poder sobre a lógica social vigente. Historicamente essa discussão das políticas de identidades trazem a possibilidade de lutar pelo direito de falar por si e de si (LOURO, 2008).

Diante do exposto, esta pesquisa analisou narrativas de meninas do 5º ano do Ensino Fundamental I de uma escola Municipal do Recife. Nessa fase da vida, é muito comum que as meninas, na construção de sua identidade de gênero, sejam induzidas a produzir acentuadamente comportamentos e falas socialmente atribuídas a elas. Buscamos identificar quais concepções de gênero emergiram, em maior número, nos discursos delas. Além disso, com a retirada do tema dos currículos oficiais de ensino, indagamos até que ponto o pedagógico pode ainda problematizar as imagens depreciativas em torno do que é ser mulher.

Acreditamos que fazer pesquisa nas ciências humanas, especificamente em educação, requer do pesquisadora/o um comprometimento não apenas com os recursos metodológicos que serão utilizados e o referencial teórico, mas com o caráter social e subjetivo do trabalho. A pesquisa lida com o nosso posicionamento diante do mundo, por isso, ela também é capaz de revelar de que lado o pesquisadora/o politicamente se encontra. Por isso, nem sempre os métodos mais tradicionais conseguem captar sutilezas que uma pesquisa com abordagem qualitativa pode proporcionar, principalmente quando a pesquisa opta trabalhar com a memória e o relato oral.

Desta forma, a pesquisa com entrevista narrativa não tem o propósito de julgar os entrevistados dentro de categorias de análises previamente elaboradas por se tratar de uma postura bem clássica e conhecida na forma de fazer ciência. Assim, a entrevista narrativa é um procedimento metodológico que nos permite para além dos aspectos técnicos, maior espaço de liberdade na fala das entrevistadas, proporcionando a possibilidade de surgimento de maiores detalhes e aprofundado de aspectos emergentes nas falas analisadas. Isso porque:

“... nos últimos anos, assistimos um interesse crescente por novas formas de entrevistas, capazes de oferecer maior liberdade aos sujeitos entrevistados de se expressarem em relação aos temas que lhe são postos.” (SILVA & PÁDUA, 2010, p. 105).

Neste sentido, nossa pretensão é buscar uma forma discursiva que nos possibilite obter o maior número possível de elementos, sem interferir, induzir ou conduzir as narrativas. Esperamos, desta forma, contribuir para o debate sobre gênero em educação.

1. Discussões sobre gênero e sexualidade: traçando caminho para o debate.

As discussões de gênero abordadas neste estudo dialogam com as perspectivas concebidas por Louro (1997), pensando assim o gênero como resultado das relações sociais. Não se nutre de premissas biológicas, mas sim da perspectiva de que essas concepções dizem respeito ao construto social. Para Simone de Beauvoir (2009), não se nasce mulher, torna-se mulher: a autora afirma que toda a construção em torno da subjetividade da mulher é um discurso construído socialmente, sempre são atribuídos à mulher, papéis definidos do que lhe é ou não permitido ou adequado fazer.

A sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, processos culturais e plurais. A sociedade dita padrões como se fossem naturais à condição feminina. Entretanto, o corpo deixa de ser natural através de processos culturais, ou seja, os corpos ganham sentido social nas transformações de gênero. O masculino e o feminino constroem-se no contexto de uma determinada cultura ou seja, a identidade dos gêneros e as especificidades da sexualidade são compostos e definidos por relações sociais modeladas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000).

O corpo é visto como parte de um julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar; é uma referência que se ancora na identidade e que precisa mostrar o que convém ao que se convencionou chamar de normal pela sociedade. O corpo deve traduzir uma identidade sobre a qual não lhe pesem dúvidas. No caso de uma pessoa ser do sexo biológico-macho, ela por padrões e normas estabelecidos pelo senso comum deve se comportar com os traços socialmente atribuídos a um homem.

A sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades e como consequência dessas normativas ou padrões, os corpos que transgridem esses padrões são abjetos e subalternos. Somos reféns das regras estabelecidas quando treinamos nossos sentidos para aprender a decodificar as regras estabelecidas e classificamos os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos, pelos gestos e pela forma como se expressam. A sociedade constrói os contornos que são demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam as normas e os que não representam, sendo através de debates dessas temáticas urgentes e dos movimentos feministas que os grupos subordinados contestam a normalidade e a hegemonia das identidades ditas normais.

Todo esse percurso de padronização e normalidade é desenvolvido ao longo da vida dos indivíduos e um dos aparatos do controle social são os discursos produzidos sobre o que é ser mulher. A sociedade precisa criar homens e mulheres dentro do normal aceitável, ditando regras, vigiando e punindo os indivíduos, tentando inibir a sexualidade como algo permitido somente na vida adulta, criando indivíduos inseguros, depressivos e frustrados sobre suas sexualidades (FOUCAULT, 1987).

2. Gênero, sexualidade e escola: o discurso curricular como espaço de disputa.

A escola é um espaço onde as regras são estabelecidas e existem referenciais e critérios para discernir e decidir qual o comportamento estabelecido deve ser de menino ou de menina e o quanto o comportamento de cada um se aproxima da norma desejada. A escola tem ligação na maneira como construímos nossas identidades sociais principalmente de gênero e sexualidade.

Mesmo com as ditas regras e padrões de comportamento, discentes tentam colocar um pouco de si em cada parte da escola, a qual sempre tenta desviar a atenção acerca das problemáticas que envolvem a sexualidade. Não que a escola tenha todo poder sobre a sexualidade e o gênero, mas suas imposições e proibições parecem ter poder de atribuir veracidade às palavras, o que tem importância na vida social dos alunos. As regras impostas pelo sistema escolar tem importância na vida social dos alunos. Um corpo dito como escolarizado é devidamente disciplinado: espera a hora de falar, é concentrado, fica em silêncio quando a professora fala, é autodisciplinado. Essas são características que devem ser levadas para além dos muros da escola.

Certamente também nos ensinaram, como a corrigiam, as ciências, as letras, as artes que deveríamos manejar para sobreviver socialmente. Mas essas informações e habilidades foram transmitidas e atravessadas por sutis e profundas imposições físicas. Aprendemos, a suportar o cansaço e a prestar atenção ao que professores e professoras diziam; a utilizar códigos para debater, persuadir, vencer; a empregar os gestos e os comportamentos adequados e distintivos daquelas instituições. (LOURO, 2000, p. 09).

Tendo em vista todos esses processos disciplinatórios a que o corpo é levado a passar na escola, é interessante nos direcionarmos a pensar o que se escolhe e como se escolhe ensinar na escola e, nesse ponto, chegamos às discussões sobre o currículo. É no currículo escolar que se estabelece o que é indispensável na formação humana de quem passa pelo processo de escolarização e possivelmente é nele que se iniciam os ensaios daquilo que o que mais tarde viria a ser efetivado como disciplina corporal inscrita nos sujeitos. Por isso, Tomaz Tadeu afirma que “[...] o currículo é, entre outras coisas, um artefato de gênero: um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero” (SILVA, 2005, p. 97).

Ao longo da história o currículo escolar teve forte ligação com o gênero. Primeiro pode-se perceber o acesso quase nulos de mulheres ao processo de escolarização, depois até mesmo em países com discursos de igualdade este currículo teve uma diferenciação demarcada pelo gênero. Disciplinas que reforçaram e em alguns lugares ainda reforçam o script socialmente definido para

meninas e meninos (SILVA, 2010), de modo a delimitar do futuro pessoal até o profissional somente pelo gênero, reforçam os estereótipos sociais através do próprio currículo.

Em “Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo” Tomaz Tadeu no Capítulo “Relações de gênero e a pedagogia feminista”, diz que o ideal seria a construção de currículos que somassem as especificidades dos seres humanos sem diminuir qualquer que seja a atividade desempenhada pela pessoa além de não determinar quem pode fazer o que, que esses processos de escolhas sejam pertencentes a cada um em sua trajetória individual e não pelo currículo escolar (SILVA, 2010).

Partindo dessa premissa, é pertinente que esse debate esteja presente na escola e nos processos de construção dos currículos. Com as investidas e efetivadas tentativas de retirada da temática dos currículos (diretriz curricular), Plano Nacional de Educação (PNE), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), etc. , abordá-la torna-se ainda mais difícil, com o risco de se voltar a simplesmente deixar de existir ou ser feita grosso modo podendo criar a possibilidade de reforçar ainda mais estereótipos sobre o marcador social que é o gênero.

3. Dos processos constitutivos as narrativas: a menina e o espelho.

Para a realização de nosso trabalho, adotamos a abordagem da pesquisa qualitativa, que dentre algumas fases delimita o objeto empírico da investigação, o qual após a construção do corpo teórico e dos pressupostos, objetiva interpretar elementos a partir da realidade concreta, configurando o processo de construção do conhecimento. Por isso, a pesquisa qualitativa lida com sujeitos em relação, com concepções e grupos específicos. Para Ludke e André, a abordagem qualitativa permite “considerar os diferentes pontos de vista dos participantes” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.12).

Sendo assim, o presente estudo não tem como perspectiva realizar comparações ou levantamentos estatísticos sobre a temática, tendo na entrevista narrativa o instrumento adequado para a coleta de informações para posterior análise do material obtido.

Nesta perspectiva, o referente trabalho recorre a dois procedimentos metodológicos, ambos pensados a partir do referencial teórico e dos aspectos operacionais que envolvem o campo conceitual da pesquisa (MINAYO, 1998). Um dos procedimentos é a bibliográfica, com o fito de reunir a produção de conhecimento sobre a temática em questão. Neste sentido buscamos apoio nas

referências estrangeiras e nacionais de pesquisadores que abordam a problemática; o outro se refere à entrevista narrativa, como dissemos anteriormente.

Embora saibamos que a entrevista tenha suas limitações na coleta dos dados e que sempre passa a ser muito mais uma escolha e orientação do pesquisador, acreditamos que a partir das falas dos sujeitos participantes conseguimos localizar não apenas um pensamento isolado, mas uma fala que representa um grupo, pois o entrevistado traz consigo valores e comportamentos de seu grupo social. Além disso, uma entrevista ou qualquer outro instrumento que se proponha a investigar grupos humanos não conseguirá ser neutro, pois, todo o processo sempre estará rodeado de concepções teóricas e visões de mundo.

Foram entrevistadas quatro meninas de um 5º ano do Ensino Fundamental I de uma escola Municipal do Recife. O número de entrevistadas deveu-se ao fato de existirem poucas meninas na turma e este representa quase 50%. E, o 5º ano, por conta da iniciação na pré-adolescência, pois que é nessa fase que emergem com maior força os conflitos quanto à definição da sexualidade e da reafirmação ou negação do gênero socialmente aceitável.

Realizamos a entrevista narrativa com a seguinte questão geradora: Para você o que é ser mulher? A partir daí foram iniciadas as entrevistas. Optamos por não identificar as entrevistadas, objetivando resguardar suas identidades, tanto por questões de natureza ética, quanto por aquelas de natureza jurídica. Assim as entrevistadas foram numeradas obedecendo a ordem em que foram feitas as entrevistas e que passamos a denominar Entrevistada 1, entrevistada 2, entrevistada 3 e entrevistada 4.

A Entrevistada 1 disse que:

“(...) Eu acho que a gente poder fazer as coisas como os meninos também, sabe. Esse negócio de quem tem coisa de homem e de mulher é ruim, (...) porque posso fazer tudo como todo mundo(...). E eu acho que ser mulher é ter direito igual ao de todo mundo(...)”

Nesse relato a Entrevistada 1 faz um recorte que vai de encontro aos estereótipos comumente reforçados na escola. Ela aponta o caráter negativo da norma socialmente hegemônica e traz como compreensão a igualdade de direitos entre os gêneros, não atribuindo ao gênero à função de marcador social. O depoimento indica ainda o desconforto quanto às possibilidades de ação e de

posicionamento de quaisquer que sejam os gêneros. Indica também a inadequação das atribuições designadas aos gêneros, uma vez a capacidade de expressão e realização independe do gênero.

A Entrevistada 2 apresenta sua compreensão do que é ser mulher:

“Assim, é que: (...) Ser mulher é ser bem bonita, é ser feito minha mãe, gostar de se maquiar e saber fazer as coisas direitinho.(...) Cuidar dos filhos e ter uma casa bem arrumada e ficar bem bonita(...)”

Aqui fica bem nítido que ela reforça, em sua narrativa, as funções tradicionalmente atribuídas às mulheres. Essa narrativa parece-se em muito com as outras duas que narram quais atributos, em geral de ordem estética, definem uma mulher, a exemplo do que diz a Entrevistada 3, para qual ser mulher:

“ (...) é ter cabelo comprido, poder usar sutiã e poder usar salto, tem que saber dançar e ser gentil é diferente de menino que é tudo bruto e nojento(...)”

Acresça-se ainda neste relato a percepção associada à brutalidade, a qual é possível supor a influência familiar, possivelmente da mãe e/ou de outras mulheres na definição do masculino. A Entrevistada 4, traz em sua narrativa uma visão nitidamente machista de mulher, preconizada pela ordem social patriarcal. Emerge a compreensão de uma mulher com papéis delimitados tanto de ordem estética, econômica e de posição tradicional, inclusive na definição do conceito de família e do papel feminino de procriação que se subordina à sorte de encontrar o que ela chama de um bom marido. O bom marido é provedor familiar; a mulher aquela que procria e cuida dos filhos e do marido. Para só a partir de então pensar em definição profissional, ainda mais distante a possibilidade de pensar nela mesma como ser completo, reafirmando assim o que se espera socialmente de uma mulher. Para ela, ser mulher é:

“(...) Ter cabelo grande, pintar as unhas, poder escolher algumas coisas, combinar um vestido com a bolsa e o sapato assistir o tutorial de maquiagem. Sonhar em ser mãe e ter uma família com um bom marido e começar a escolher uma profissão, sonhar com minha casa e com meu carro (...)”

É preocupante que mesmo com a breve introdução desses debates no currículo da escola, que os estereótipos continuem a predominar nas narrativas de grande parte das pré-adolescentes. Segundo SANTOS (2018, p. 8) vemos ainda que o papel da escola muitas vezes é de legitimação

para um não conhecimento da sexualidade em sua pluralidade pelos alunos, quando deveria ser o oposto, o PCN afirma que:

A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando, se não uma isenção total, o que é impossível de se conseguir, uma condição de maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa. (BRASIL, 1997, p.83).

São relatos que mostram a necessidade da temática ser objeto de reflexão no dia a dia da escola. Com a retirada dessa temática das diretrizes oficiais de educação o ambiente escolar realiza o papel de fazer perdurar o pensamento hegemônico da sociedade patriarcal. As discussões em torno das temáticas precisam ser tratadas não só nos documentos oficiais, mas igualmente ser conhecida e debatida por cada docente e por todos que fazem parte da comunidade escolar, a fim de incitar na formação o senso crítico, notadamente quanto às temáticas de gênero e sexualidade indispensáveis à formação humana.

4.Considerações finais

Têm sido recorrentes os ataques as discussões sobre gênero e sexualidades em diversas esferas da sociedade, em especial na escola. Através das análises feitas nas narrativas das meninas entrevistadas neste trabalho, fica bem nítida a imensa necessidade destas temática serem trabalhadas na escola. A formação de uma mulher dentro dos padrões machistas, tem início antes mesmo do dia do nascimento e se estende durante toda na sua vida, a escola também compõe o enredo dessa formação, por se instituição que tem como função preparar/formar pessoas para reproduzirem o que a sociedade patriarcal pede. Apesar dessa função social pré-pensada para escola, ainda existe a possibilidade de criar furos nesse muro que impede a visão de alcançar outros horizontes, esse muro trata-se da efetivação da norma em nossas sociedade através da instituições.

Falar sobre gênero e sexualidades na educação básica até a superior é criar possibilidades, aguçar para o crítico, é estranhar o modo como está posto os padrões, ou melhor, é se questionar porque eles existem, porque são dessa forma e quem é que tira vantagem disso tudo. Discutir e problematizar a norma pode deslocar o pensamento de pessoas como as meninas que aqui foram entrevistadas. É assustador perceber o quão naturalizadas podem ser vidas que tem objetivos de servidão machista (que seria: viver para conseguir um marido e servi-lo da melhor maneira).

Mesmo com toda investida de silenciamento dessas questões nos documentos oficiais, é indispensável que continuemos a provocar este debate em nossas práticas educativas, pois, só insistindo nessa luta é que talvez seja possível ver o que se tem e o que podemos criar, a partir dos furos nesse muro, existe muita potência nas tentativas em furar o muro.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo: fatos e mitos**/Simone de Beauvoir; tradução Sérgio Milliet. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CELESTINO, Rafaela Soares. Tese doutorado intitulada: **Ensaio sobre Literatura e Educação: entre o calcanhar de Aquiles e os devaneios de Alice**. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogia da sexualidade**. O corpo educado: pedagogias da sexualidade/Guacira Lopes Louro (organizadora); Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 2. Ed., 3ª reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes (org). O Corpo Educado: Pedagogias Da Sexualidade. 2 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUDKE, M. ANDRÉ. M. Pesquisa **em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Ed. EPU. 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1998.

SANTOS, Mitz Helena Souza. **Marcas na/da escola: narrativas LGBTfobia e educação**. Recife, 2018. Mimeo.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo**/Tomaz Tadeu da Silva.-3.ed.-reimp.- Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA & PÁDUA. Sanutza Amorim e Karla Cunha. **Explorando narrativas: algumas reflexões sobre suas possibilidades na pesquisa.** Pesquisa, educação e Formação Humana: nos trilhos da História/ Regina Passos Ribeiro de Campos (org.) – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

